



Número: **0829801-18.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **11/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**


Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**


| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|-------------------|
| JOSE LUIZ DO NASCIMENTO (AUTOR) | | ALVARO MENDES PIRES NETO (ADVOGADO) DANDARA BATISTA DE FRANCA (ADVOGADO) DANILO CAZE BRAGA DA COSTA SILVA (ADVOGADO) VANESSA MARTINS MACEDO (ADVOGADO) | |
| BRADESCO SEGUROS S/A (REU) | | SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO) | |
| TIAGO MARTINS FORMIGA (TERCEIRO INTERESSADO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 31842916 | 26/06/2020 15:01 | Apelação | Apelação |
| 31842918 | 26/06/2020 15:01 | 2585905_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_02 | Outros Documentos |
| 31842931 | 26/06/2020 15:01 | 2585905_RECURSO_DE_APELACAO_01 | Outros Documentos |

EM ANEXO



| | | | |
|--|--------------------------------|---|---|
|  Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte) | | | Número do boleto: 200.9.20.34768/01 |
| Nº do Processo: 0829801-18.2018.815.2001 | Comarca: Joao Pessoa | Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7 | Data de emissão: 17/06/2020 |
| Número da guia: 200.2020.634768 Tipo da Guia: Custas de Recursos | | | Data de vencimento: 30/06/2020 |
| Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 310,68 Promovente: JOSE LUIZ DO NASCIMENTO - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: BRADESCO SEGUROS S/A Valor da causa: R\$ 13.500,00 | | | UFR vigente: R\$ 51,78 |
| Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. | | | Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 |
| 866700000031 120309283188 520200630207 092034768017 <div style="background-color: red; width: 400px; height: 20px;"></div> | | | Parcela: 1/1 |
| | | | Valor total: R\$ 312,03 |
| | | | Desconto total: R\$ 0,00 |
| | | | Valor final: R\$ 312,03 |

| | | | |
|---|--------------------------------|---|---|
|  Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo) | | | Número do boleto: 200.9.20.34768/01 |
| Nº do Processo: 0829801-18.2018.815.2001 | Comarca: Joao Pessoa | Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7 | Data de emissão: 17/06/2020 |
| Número da guia: 200.2020.634768 Tipo de Guia: Custas de Recursos | | | Data de vencimento: 30/06/2020 |
| Promovente: JOSE LUIZ DO NASCIMENTO Promovido: BRADESCO SEGUROS S/A Valor da causa: R\$ 13.500,00 | | | UFR vigente: R\$ 51,78 |
| Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 310,68 - Taxa bancária: R\$ 1,35 | | | Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 |
| | | | Parcela: 1/1 |
| | | | Valor total: R\$ 312,03 |
| | | | Desconto total: R\$ 0,00 |
| | | | Valor final: R\$ 312,03 |

| | | | |
|--|--------------------------------|---|---|
|  Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco) | | | Número do boleto: 200.9.20.34768/01 |
| Nº do Processo: 0829801-18.2018.815.2001 | Comarca: Joao Pessoa | Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7 | Data de emissão: 17/06/2020 |
| Número da guia: 200.2020.634768 Tipo de Guia: Custas de Recursos | | | Data de vencimento: 30/06/2020 |
| Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 310,68 Promovente: JOSE LUIZ DO NASCIMENTO - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: BRADESCO SEGUROS S/A Valor da causa: R\$ 13.500,00 | | | UFR vigente: R\$ 51,78 |
| Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. | | | Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 |
| 866700000031 120309283188 520200630207 092034768017 <div style="background-color: red; width: 400px; height: 20px;"></div> | | | Parcela: 1/1 |
| | | | Valor total: R\$ 312,03 |
| | | | Desconto total: R\$ 0,00 |
| | | | Valor final: R\$ 312,03 |



| | | | |
|---|----------------------|---------------------|-------------------------|
| Nº DA PARCELA | DATA DO DEPÓSITO | AGÊNCIA (PREF / DV) | Nº DA CONTA JUDICIAL |
| | 22/06/2020 | 0 | 0 |
| DATA DA GUIA | Nº DO PROCESSO | | TIPO DE JUSTIÇA |
| 22/06/2020 | 08298011820188152001 | | ESTADUAL |
| UF/COMARCA | ORGÃO/VARA | DEPOSITANTE | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) |
| PB | Vara Cível | RÉU | 312,03 |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ |
| BRADESCO SEGUROS S/A | | Jurídica | 33055146000193 |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ |
| JOSE LUIZ DO NASCIMENTO | | FÍSICA | 94124426968 |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | |
| ED7190C864E6292B | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | |
| 86670000003 1 12030928318 8 52020063020 7 09203476801 7 | | | |





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n. 08298011820188152001

BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE LUIZ DO NASCIMENTO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 17 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PROCESSO ORIGINÁRIO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA / PB

PROCESSO N.º 08298011820188152001

APELADA: JOSE LUIZ DO NASCIMENTO

APELANTES: BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DAS RAZÕES DO RECURSO

COLEND A CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo "a quo" deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Apelada em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de 27/06/2017, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que houve o acionamento administrativo e a Apelante procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de R\$ 5.906,25 valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apurada pela perícia realizada em sede administrativa. Vejamos:

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 28/12/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 5.906,25

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSE LUIZ DO NASCIMENTO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01033

CONTA: 000000098825-6

Nr. da Autenticação 7F57CFA6B29190F9

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido ajuizou a presente lide pleiteando a verba máxima indenizatória do Seguro DPVAT, tendo em vista o pagamento administrativo realizado pela Seguradora, o qual entendeu ser aquém do devido.

Houve a realização de perícia judicial a qual graduou a lesão nos ditames da Lei.

Após instrução processual, o juízo a quo entendeu por bem julgar procedente o pedido inaugural, nos seguintes termos:

Pelo exposto, com base no art. 487, I do CPC, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** o pedido deduzido na inicial para condenar a demandada a pagar ao demandante a quantia de **R\$ 11.306,25 (onze mil, trezentos e seis reais e vinte e cinco centavos)**, corrigidos monetariamente pelo INPC a contar da data do evento danoso (27/06/2017) e aplicação de juros moratórios de 1% ao mês a partir da data da citação (11/03/2019).

Ante a sucumbência recíproca, condeno cada parte ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios da parte adversa, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação para o patrono de cada parte, nos termos do artigo 85, §2º, e 86, ambos do Código de Processo Civil, considerada a complexidade da lide e o trabalho desenvolvido pelos respectivos profissionais, restando suspensa a exigibilidade quanto à parte demandante, nos termos do art. 98, §3º, do CPC.

Pela simples leitura do julgado podemos observar *error in procedendo* vez que se somarmos o valor do pagamento administrativo e o valor da condenação **ULTRAPASSA O LIMITE MÁXIMO ESTABELECIDO NA LEI PARA INDENIZAÇÃO, QUAL SEJA, R\$13.500,00. Vejamos:**

| |
|--|
| R\$5.906,25 + R\$11.306,25 = R\$17.212,25 |
|--|

Data vênua, não houve com o habitual acerto do Ilustre Magistrado a quo, pois, conforme se passa a demonstrar, esta r. decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos o que merece pronta reforma, conforme se demonstrará nas presentes razões.

DO LIMITE MÁXIMO INDENIZATÓRIO (R\$13.500,00)

Conforme esposado houve a condenação da Apelante no valor de R\$11.306,25, não deve prosperar a sentença a quo, vez que prolatada em desconformidade com os ditames legais, eis que condenada em valor **SUPERIOR AO LIMITE** determinado em Lei, isso porque, estabelecem os incisos I e II, do artigo 3º da Lei n.º 6.194/74:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

II - ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

O método de INTERPRETAÇÃO GRAMATICAL das normas jurídicas resolve prontamente a questão. O emprego da preposição até parece significar um limite máximo, uma escala de grandezas dentro da qual, dependendo do fator relevante, a indenização poderá variar de nenhum à até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) em caso de indenização por invalidez permanente.

Destarte, **NÃO HOUVE UMA EQUIPARAÇÃO** de duas situações distintas – invalidez permanente e morte, para um único efeito; indenização no valor invariável de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Logo, depreende-se, sem necessidade de grande esforço HERMENÊUTICO, que a indenização securitária DPVAT não pode ser fixada **ALÉM** do teto máximo para toda e qualquer lesão física, pois pela interpretação da norma



contemplada na letra "b" do art. 3.º da Lei 6.194/74, determina que a cobertura a título de invalidez permanente seja paga de forma proporcional a lesão suportada pelo beneficiário.

Dessa forma o valor da condenação deverá ser reduzido a monta de R\$ 7.593,75.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 17 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado SUELIO MOREIRA TORRES, inscrito na 15477 - OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE LUIZ DO NASCIMENTO**, em curso perante a **9ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08298011820188152001.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

